

# A injúria e a heteronormalização dos corpos na cidade de Amargosa (BA)

Ana Cristina Nascimento Givigi<sup>1</sup>  
Priscila Gomes Dornelles<sup>2</sup>

## Resumo

A cidade de Amargosa/BA teve o seu cotidiano alterado pela multiplicação de listas distribuídas pela região central do município cujos títulos eram “Os veados encubados de Amargosa”, “As sapatonas encubadas de Amargosa”, “As periguetes de Amargosa”. A disseminação dessas listas provocou tensões, violências e assédios, ao mesmo tempo em que promoveu interditos e censuras às expressões das sexualidades. A partir desta situação, problematizamos a construção de um processo que tem a injúria como estratégia heteronormativa, bem como a naturalização da heterossexualidade e a produção da homofobia. A partir dos estudos feministas pós-identitários e em articulação com os estudos pós-estruturalistas e foucaultianos, realizamos entrevistas semiestruturadas com cidadãos/cidadãs de Amargosa/BA para compreender tanto o processo de divulgação deste material, como a operação injuriosa e normativa acionada pela publicização das referidas listas. Nesse tom, as listas apontam para os/as desviantes que são tomados como corpos-trânsfuga que devem honrar a “uma bandeira” de gênero que tem o “sexo” como uma base reguladora dos corpos que controla.

**Palavras-chave:** Corpo; Gênero; Norma; Injúria; Homofobia.

## Insult and heteronormalisation of bodies in Amargosa (BA)

### Abstract

The daily life at Amargosa in Bahia (Brazil) has been changed by lists that were distributed in the central municipal region with headlines like ‘Queers at Amargosa’, ‘Dykes at Amargosa’, ‘Bitches at Amargosa’. The dissemination of these lists led to stress, violence and harassment, while causing injunction and censure of sexuality expressions. Based on this we problematised the construction of a process in which insult is seen as a heteronormative strategy, and heterosexuality naturalisation and homophobia production. From feminist post-identity studies and in tune with poststructuralist and Foucauldian studies, we have conducted semi-structured interviews with male and female citizens at Amargosa (BA) to understand both the process of divulgation of this material, and insult and normative operations enacted by the publicising the

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação, coordenadora do Núcleo Capitu/UFRB de Gênero, Sexualidade e Diversidade e professora do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Contato: kikigivigi883@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Educação, integrante do GEPEFE/UFRB e do Núcleo Capitu/UFRB. Professora do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Contato: prisciladornelles@gmail.com.

referred lists. In this sense, the lists point to the deviant people who are seen as deserter bodies who should honour a 'gender flag' which has 'sex' as regulatory base for bodies it controls.

**Keywords:** Body; Gender; Rule; Insult; Homophobia.

Burburinhos na feira livre ainda no escurinho matinal. Pessoas caminhando na Praça do Bosque na região central da cidade ou indo para as academias. Meninos e meninas nas escolas. Universitários/as atrasados/as para a primeira aula. Trabalhadores e trabalhadoras deslizando sob suas bicicletas em direção à fábrica de sapatos. Comércio de portas abertas logo com o raiar do sol. Passa o burrico com leite e o carro de gás. Prefeitura de portas entreabertas bem cedinho. O carro de som anunciando o velório do Seu Roque, conhecido cantador da cidade. Este é um cenário aparentemente pacato, no qual começa mais um dia em Amargosa/BA, cidade de 35.000 habitantes no Vale do Jiquiriçá, centro sul da Bahia.

Esta enganosa imutabilidade dos dias foi alterada por notícias alvissareiras vindas da madrugada: uma lista fora deixada às portas das casas das pessoas, no chão da fábrica de sapatos da cidade e nos diversos estabelecimentos comerciais. Tratava-se de textos cujos títulos eram “Os veados encubados de Amargosa”, “As sapatonas encubadas de Amargosa” e “As periguetes de Amargosa”.

Alternadamente, as listas eram deixadas em locais comuns durante as noites, estrategicamente desfolhando nomes conhecidos, classificando-os em pares, parentesco e profissão, sendo quase impossível não localizar as pessoas que residem na cidade. Uma entrevistada nos explica:

[...] começou em fevereiro deste ano. Começou assim, de noite saíram pela rua, na porta de comércios, na fábrica – muitos foram colocados na fábrica, muitos!, nem sabemos como o vigilante pode não ter visto!. Colocaram na porta de algumas residências. No dia seguinte quem não tinha visto xerocava pra ver se o nome estava lá também. Era fulano, filho de José, que é irmão de cicrana, mulher de XXX... As pessoas telefonavam umas pras outras para saber quem estava na lista. A certa altura a delegada falou que se alguém reproduzisse seria preso por cumplicidade. Ela esteve nas farmácias e proibiu. As pessoas se sentiram ofendidas e deram queixa na delegacia ela foi investigando, mas até hoje não tem nada concluído (Entrevistada A, 21/12/2010).

A multiplicação das listas e a repetição do mecanismo tornou-se uma ameaça. Por alguns dias provocou tensões sociais que geraram queixas na

delegacia, levando a autoridade policial a ordenar o recolhimento desse material na cidade. Mulheres casadas foram acometidas por violências por seus maridos e enlacs foram desfeitos. Jovens foram vigiados/as em seu lazer, dentre outros efeitos da publicização desse tipo de material na cidade.

Discutimos que as listas de Amargosa nos colocam diante da produção de políticas heteronormativas que se ocupam, estrategicamente, de mapeamentos, visibilizações e geram interditos e censuras às expressões das sexualidades. Analisamos que isto se dá por meio da construção de um processo injurioso fundamental às normas heterossexuais tomadas como naturais e à produção da homofobia. As categorias reificadas pelas listas e os sujeitos nelas citados são posicionados como desviantes, corpos-trânsfuga que devem honrar a “uma bandeira” de gênero naturalizada nos corpos. “Uma bandeira” normativa, uma materialidade corpórea que se constitui com referência ao “sexo” como “haste” cuja “[...] força reguladora se manifesta como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir – demarcar, circunscrever, diferenciar – os corpos que controla<sup>3</sup>” (BUTLER, 2010, p.18, tradução livre).

As palavras foram moduladas criando uma rede de intrigas voltadas a localizar e flagrar as expressões da sexualidade, na medida em que identificavam as pessoas através de uma extensa descrição, bem como as classificavam por meio de um vocabulário injurioso. Dizem:

“Os veados” vinham assim: fulano amante de cicrano ou Pedro, da serraria, filho de Beto, fica com João (e Pedro era casado). Aí aparecia alguém que já é assumido com o nome do parceiro que era alguém de família conhecida. Essa lista circulou uns três dias (Entrevistada A, 21/12/2010).

“As sapatonas encubadas de Amargosa” [...] era assim: Fulana que só anda com Cicrana, que se amassa com ela em tal lugar, filha de fulaninho. A Joana que esfrega buceta e mete num sei o quê dentro da outra, filha de Maria da venda. Essa lista pegou fogo, era muito mais quente, mais cruel. Envolvia gente que era amiga de lésbicas, mas não era lésbica. Essa lista acabou com um noivado que eu sei. Minha amiga disse que se o cara não confiava nela, ela não queria casar com ele. Circularam uns dois dias também (Entrevistada A, 21/12/10).

A outra era “As Periguetes de Amargosa”. Aí tinham mulheres casadas que tinham caso com homens solteiros e mulheres

---

<sup>3</sup> “(...) fuerza reguladora se manifiesta como una especie de poder productivo, el poder de producir – demarcar, circunscribir, diferenciar – los cuerpos que controla”.

solteiras que tinham caso com homens casados. A lista tinha pessoas de cada bairro, as mais conhecidas na cidade. Prefeito, políticos e ricos... As pessoas ligavam falando: - Fulana, você tá na lista! Que lista? A outra respondia: - A de putas! As pessoas sentavam nas calçadas e faziam comparativos de listas para ver se havia conhecidos. Isso ia reproduzindo papos e conversas pela cidade. Minha irmã mesmo estava na lista e deu queixa [na delegacia]. Falamos pra ela que se ela fosse lésbica era problema dela, mas se não fosse que desse queixa. Houve separações de casamento, violências. Fulano agrediu a mulher na cara e depois voltaram o casamento (Entrevistada B, 22/12/2010).

Apresentamos o argumento de que as listas e o seu uso são parte de um regime normativo em relação ao gênero, o qual aponta para produção da materialidade dos corpos a partir de uma normalidade que assume um padrão de heterossexualidade como referência. A partir das falas das colaboradoras, a homossexualidade, a posição ativa na conquista e/ou a multiplicidade de parceiros por parte das mulheres são localizados como impossibilidade para um corpo reconhecido no contexto analisado.

Ao questionarmos a experiência das listas na cidade de Amargosa/BA, colocamos em questão o funcionamento de uma matriz generificada das relações, na qual corpos são reiteradamente produzidos e posicionados num plano diferenciado de humanidade, o lugar dos veados, das sapatonas e das periguetes. A teoria *Queer*, como propõe Judith Butler, uma de suas estudiosas, vem perguntar-se sobre a produção discursiva desta matriz heteronormativa e, ao mesmo tempo, visibilizar o que se constitui no avesso desta norma.

Numa imbricação, indissociação entre teoria e metodologia, algumas questões já delineiam possibilidades investigativas, como em:

Como podemos refletir, então, através da materialidade dos corpos, entendida como uma espécie de materialização governada por normas regulatórias, para poder investigar como atua a hegemonia heterossexual na formação daquilo que determina que um corpo seja viável?<sup>4</sup> (BUTLER, 2010, p.39, tradução livre).

---

<sup>4</sup> “¿Cómo puede uno reflexionar, entonces, a través de la materia de los cuerpos, entendida como una especie de materialización gobernada por normas reguladoras, para poder averiguar cómo actúa la hegemonía heterosexual en la formación de aquello que determina que un cuerpo sea viable?”

Em articulação com a proposta genealógica de Michel Foucault, a qual aponta para uma análise das tramas do poder, do seu funcionamento e dos seus efeitos, este texto não pretende analisar as intenções das listas, suas benesses ou suas opressões. Demarca-se, sim, um estudo do poder “no ponto [...] em que ele se implanta e produz seus efeitos reais” (FOUCAULT, 1999, p.33). Nesse sentido, apresentamos e situamos as listas no plano estratégico e tático do funcionamento normativo.

Para fins conceituais e de análise, interessa-nos apontar a norma e a sua condição de comparação-individualização, como situa François Ewald - estudioso da produção foucaultiana. Para ele, “a realidade da igualdade normativa consiste em tornar-nos todos comparáveis; a sua efectividade está na afirmação das diferenças, dos desvios e das disparidades” (EWALD, 2000, p.109). A produção e a normalização dos sujeitos são fins das tramas de governo.

Retomando o mote do funcionamento do poder e apontando para as falas apresentadas acima, podemos situar a nomeação como “[...] um modo de fixar uma fronteira e também de inculcar repetidamente uma norma<sup>5</sup>” (BUTLER, 2010, p.26, tradução livre). O efeito constitutivo heteronormativo se utiliza da injúria como demarcação e a negatização de qualquer expressão cujo repertório não se adegue aos comportamentos heterossexuais normatizados: são as deserções do gênero, cuja ontologia está sempre em questão. Por um lado, inferiorizam-se os modos de viver diversos, operando na demarcação dos graus de humano, dos corpos que importam; por outro, os efeitos são de esvaziamento do espaço público da sociabilidade, o que conjura as pessoas à migração ou ao esconderijo de si e de seu desejo. Quais seriam as possibilidades de construção de repertórios culturais diante desse cerceamento ou, em outras palavras, como um corpo escapa à própria norma que o materializa? O que se constitui no avesso desta norma?

## **O GÊNERO EM DISPUTA**

As experiências cotidianas na história da modernidade só são validadas como um espaço menor de materialização da existência que é idealizada por um padrão normativo. Segundo Nietzsche, trata-se de uma cultura que negativa a vida na medida em que se fortalece a partir de verdades criadas e tomadas como universais, as quais impedem a experiência do hoje em favor de

---

<sup>5</sup> “un modo de fijar una frontera y también de inculcar repetidamente una norma”.

uma historicidade adoecida pela referência ressentida ao passado (NIETZSCHE, 2003).

O filósofo alemão nos diz do desafio de “tornar-se o que se é”. Nietzsche não está invocando uma essência quando diz isso, mas um ser que se configura a partir de suas vivências diárias, seus “nojos”, suas tragédias: um ser ativo (NIETZSCHE, 1998). Como produzir essa atividade afirmativa da vida a partir das zonas consideradas invisíveis, impossíveis (no plano do pensamento inteligível) e inabitáveis da vida social, entretanto necessárias à demarcação fronteira e exterior de produção dos corpos que importam? (BUTLER, 2010). Pensemos num instante sobre o corpo e a sua relação com a construção de seus próprios códigos; pensemos no paradoxo que transforma o “tornar-se o que se é”.

O repertório cultural que configura o corpo convoca práticas corporais inteligíveis que legitimam as existências. Esse repertório não é externo à constituição do corpo como matéria, uma vez que sua repetição, constância e regularidade constitutivas são parte da inteligibilidade e da reiteração normativa cujo efeito é a própria materialidade corpórea. O corpo tece-se num emaranhado de discursividades que o normaliza como corpo humano. Devendo ser inteligível para ser reconhecido, o corpo em construção almeja legitimidade política. Não há, portanto, ontologia que não se assente no desejo de reconhecimento político (BUTLER, 2006).

O inteligível objetifica e hierarquiza os sujeitos a partir de uma operação diferencial de graus de humanidade, onde temos o humano, o inumano e o humanamente inconcebível (BUTLER, 2010). Isto significa o reconhecimento político do ser como humano legitimando uma morfologia e ontologia específicas, culturalmente territorializadas e configuradas por relações de poder que têm como efeito uma anatomia ideal e um exercício ideal da sexualidade – critérios para o que é ou não é humano. E o que é construído como exercício ideal da sexualidade? Quais articulações a heteronormatividade põe em funcionamento? Uma de suas premissas localiza as práticas sexuais fundadas no sexo, o qual é tomado como originário de uma matéria natural, biologicamente definida *ex-ante* às construções discursivas, sobre o qual se impõe ordenação cultural, o gênero. Ideal e natural seriam, desse modo, a heterossexualidade e suas práticas sociais legitimadas como normais. É nesse ponto que se pode afirmar que

[...] o gênero é um aparo através do qual há a produção e a normalização do masculino e do feminino junto com as formas intersticiais hormonais, cromossômicas, psíquicas e

performativas que o gênero assume<sup>6</sup> (BUTLER, 2006, p.70, tradução livre).

Gênero como funcionamento (hetero)normativo articula um conjunto linguístico, cultural, regulado e performativo, cuja normalização produz sua própria operação de poder. Nesse sentido, não é contra o corpo que se produz a norma, antes pelo contrário, é a norma, como tecnologia política, que gera o corpo como corpo. E, segundo Judith Butler, o gênero é o funcionamento normativo matricial do corpo, pois “O “eu” [...] emerge somente dentro (e como matriz) das relações de gênero mesmas<sup>7</sup>” (BUTLER, 2010, p.25, tradução livre).

De certa forma, estamos tratando dos movimentos de um bio-poder (poder de corpo, no corpo e para o corpo) gerador de articulações - sejam essas interdições ou permissões – que resultam em classificações diversas para corpos integrados sob diferentes modos (FOUCAULT, 1999).

Não se trata de focar a disciplinarização de corpos individuais – embora esta tecnologia seja complementar e parte do governo dos vivos – mas de movimentos que geram modos de funcionamento social “[...] que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie” (FOUCAULT, 1999, p. 289). Vejamos:

Para Foucault, não mais uma anátomo-política do corpo humano, mas uma biopolítica da espécie humana, que separa e segrega, produtivamente, por meio da intensa produção de normas de exclusão e inclusão, fazendo funcionar uma sociedade e suas relações (GIVIGI, 2009, p. 199).

[...] de que a norma não se define absolutamente como uma lei natural, mas pelo papel de exigência e de coerção que ela é capaz de exercer em relação aos domínios a que se aplica. Por conseguinte, a norma é portadora de uma pretensão ao poder. A norma não é simplesmente um princípio, não é nem mesmo um princípio de inteligibilidade; é um elemento a partir do qual certo exercício de poder se acha fundado e legitimado. [...] a norma traz consigo ao mesmo tempo um princípio de qualificação e um princípio de correção. A norma não tem por função excluir e rejeitar. Ao contrário, ela está sempre ligada a uma técnica positiva de intervenção e de transformação, a uma espécie de poder normativo (FOUCAULT, 2002, p. 62).

---

<sup>6</sup> “[...] el género es el aparato a través del cual tiene lugar la producción y la normalización de lo masculino y lo femenino junto con las formas intersticiales hormonales, cromossômicas, psíquicas y performativas que el género assume”.

<sup>7</sup> “El “yo” [...] sólo emerge dentro (y como la matriz de) las relaciones de género mismas”.

A norma produz as ações e modos do corpo. Por meio dela dá-se a captura de estranhezas mediadas pelos poderes que instaura. Assim, os repertórios diversos que geram ontologias são produções normativas, modelos normativos.

Se, como propõe Judith Butler, “[...] a matriz das relações de gênero é anterior a aparição do “humano”<sup>8</sup>” (2010, p.25, tradução livre), podemos dizer que os corpos ratificam constantemente as mesmas normas, por meio das quais foram construídos, materializando (e visibilizando) as políticas de normalização da sexualidade. Não se trata de subtrair as forças do corpo, mas, de multiplicá-las e aplicá-las em modulações intensas. Isto expõe os corpos às suas supostas anomias, num controle contínuo do exercício corpóreo, envergonhando o desejo, desqualificando-o quando este é díspar ao que é elegível como inteligível no funcionamento heteronormativo. A entrevistada diz:

[...] as pessoas ficavam envergonhadas, especialmente as famílias. Você encontrava com alguém na rua. Aí, ele perguntava de gozação: - É verdade que você se esfrega com fulana? As pessoas começavam a associar a forma de certas garotas de se vestir de calça e de tênis a ser sapatão (Entrevistada A, 22/12/2010).

Os mecanismos de controle social se alternam em interditos ou em explicitações, em produções discursivas e mecanismos de reiteração normativa: “[...] o controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado” (DELEUZE, 1992, p.224). O corpo é, então, gerido por uma biopolítica que quantifica e qualifica seu funcionamento, produzindo-o no plano heteronormativo.

Qualquer distância do binarismo de gênero (masculino-feminino) e seu repertório cultural constituído como humanidade é alvo de desqualificação e ameaça. Imediatamente aponta-se à deserção, ao abandono à bandeira, à traição à pátria-matriz-heterossexual. Ainda assim normalizado/generificado, o corpo traz experiências que, por meio do desejo, extrapolam a gramaticidade instituída como referência pela própria norma e, em certa medida, um paradoxo se constrói na configuração do campo normativo e, por conseguinte, do corpo. Qual o espaço político para a vivência de desejos desertores? Como validar positivamente esse corpo abjeto? O que se constitui como avesso normativo, mas nunca liberto de uma nova marcação normativa?

---

<sup>8</sup> “la matriz de las relaciones de género es anterior a la aparición de lo “humano”.

Mesmo sendo a política de desejos o resultado de uma arregimentação normativa e uma adequação à morfologia do corpo generificado pode-se falar de experiências do desejo que escapam? Pode-se falar de afirmação da vida e de “torna-se o que se é”? O que acontece com os corpos em Amargosa/BA quando submetidos à vergonha de si?

## **CORPO INJURIADO, EXPERIÊNCIA NEGATIVADA?**

A generificação do corpo implica construção complexa asseguradora da produção contínua de sociabilidade assentada numa rede de inteligibilidade que naturaliza os encadeamentos **corpo (sexo) – gênero – sexualidade (desejo - prática sexual)**. Entretanto, como propõe Guacira Louro (2004), estudiosa do campo da educação e dos estudos Queer, a descontinuidade desta sequência é uma possibilidade e pensar em múltiplas sexualidades significa tensionar esta lógica heteronormativa.

Na esteira de que “um determinado gênero implica que se deseje de uma determinada maneira<sup>9</sup>” (BUTLER, 2006, p. 14, tradução livre) pode-se, entretanto, posicionar que o desejo não se separa de forma automática do gênero, já que os dois se relacionam à edificação de normas sociais que tem como efeito o corpo. De forma importante, não é da individualidade, tomada abstratamente, que os desejos se originam - até porque a inteligibilidade da “individualidade” e sua existência material estão fundamentalmente dependentes das normas sociais. O desejo também não está confinado a uma demarcação subjetiva tomada como modelo contemporâneo - a edipiana -, como se esse processo de subjetivação se prolongasse indefinidamente e se interpusse dogmaticamente a toda expressão de desejo e de sexualidade (DELEUZE, 1995)<sup>10</sup>.

Para que não nos desloquemos em problemas metafísicos, é justo que nos voltemos às experiências do corpo com todos seus paradoxos e pensemos nas possibilidades de positivação das resistências. Ou seja, naquilo que o corpo, ainda que definido em relação à norma, nela pode produzir de contracondutas por meio de alianças com outras linguagens. Se é verdade que a norma não pode se restringir aos seus casos, também pode-se dizer que para que seja legitimada socialmente é necessário que seja habitada por um *quantum* suficiente de realidade e que produza a si mesma enquanto realidade

---

<sup>9</sup> “un cierto género no implica que se desee de una cierta manera”.

<sup>10</sup> Deleuze questiona a edipianização de todo desejo. Fala de uma concepção ditatorial do inconsciente e sua ‘estruturação’ e fixação em uma forma inerte, o que de alguma forma impede a passagem de outros fluxos e reduz o desejo a uma forma social específica.

social. Faz isso por meio da repetição e da seleção das práticas corporais, ainda que estas sejam formas de controle produzidas no interior de estratégias de constituição, demarcação e manutenção dos padrões de normalidade. É nesse sentido que a experiência das listas e da agressão homofóbica em Amargosa torna-se problemática para a construção de sujeitos capazes de reverter a negatificação da experiência.

O mecanismo normalizador ativado em Amargosa nas situações já citadas ao longo deste texto construiu a produção da injúria como modo de retomada e demarcação do possível em relação aos corpos, ou seja, do binarismo do gênero explicativo e naturalizador da heterossexualidade. Reforça o sexo como pré-discursivo marcado pelo ideal de normalidade e pela segregação e esconjuramento ao que é considerado anormal (FOUCAULT, 1998).

Eribon (2008), ao refletir sobre a questão gay, diz das inscrições que as agressões verbais e as hostilidades produzem nas vidas dos sujeitos gays. As quais funcionam gerando marcas de inferiorização, separando-os e segregando-os do espaço público ou levando-os, inclusive, às migrações para espaços onde não são conhecidos a fim de viverem seus desejos e, também, retardando a experimentação de sua sexualidade de forma positiva. Segundo o autor:

A injúria me faz saber que sou alguém que não é como os outros, que não está na norma. Alguém que é viado[queer]: estranho, bizarro, doente. Anormal. (...) Um gay apreende a sua diferença sob o choque da injúria e seus efeitos, dos quais o principal é seguramente a conscientização dessa dissimetria fundamental instaurada pelo ato de linguagem: descubro que sou alguém de quem se pode dizer isto ou aquilo (...). A injúria é um enunciado performativo: **ela tem por função produzir efeitos e principalmente instituir, ou perpetuar, o corte entre ‘normais’ (grifos meus) e aqueles que Goffman chama de ‘estigmatizados’** (ERIBON 2008, p. 28-29).

Quando esse processo injurioso é enunciado, ele demarca campos normativos, instaura o poder sobre os outros, atribui um lugar e uma percepção sobre o outro. A essa classificação do outro como contrário e inferior, que pode expulsá-lo da esfera pública, podemos chamar de homofobia (BORRILLO, 2009).

Nessa produção, Daniel Borrillo (2009) fala da desproporção linguística com que é tratada a homossexualidade - especialmente dos excessos que denotam uma diferença negativa em relação ao ‘normal’. Tal diferença ordena

um regime de sexualidade em que a heterossexualidade é qualificada como modelo social, consequência direta da hierarquização compulsória das sexualidades. Pode-se inferir, aqui, a homofobia como estratégia tácita do funcionamento heteronormativo; uma guardiã necessária das fronteiras sexuais e de gênero, condenando todas as formas de sexualidade que a burlam a uma deserção do gênero.

A coerção construída pela injúria remodela atitude e desejos produzindo socialmente um saber sobre o corpo, cujas marcações constituem o corpo envergonhado, o corpo melancolia, o corpo ressentido. Por vezes, a injúria incita à violência física e aos atos homofóbicos que visam irromper a existência do outro. Ou seja, há de se pensar que uma sustenta a outra num emaranhado de relações de poder que estrategicamente se articulam. O que produz a inferiorização de alguém por conta de seu desejo e prática sexual é o que permite e justifica, em relações mais complexas, sua violação ou assassinato. Diz a entrevistada sobre a lista:

Eu ouvi uma pessoa dizendo à irmã: “Se você for pode deixar de ser, na nossa família não tem isso, se você for eu bato o pau na sua cabeça e enterro no fundo do quintal!”. Aí, a mãe disse pra ela que ela não tinha nada com isso, que se ela fosse era problema dela [...]. Pessoas que já são assumidas na cidade começaram a assediar as pessoas que estavam na lista: vou convidar pra ver se ela sai comigo. Será que é mesmo? (Entrevistada A, 22/12/2010).

Não é raro que homossexuais que residem em cidades pequenas e de interior expressem sua sexualidade apenas em espaços vizinhos ou cidades maiores. Segundo Eribon (2008), as cidades grandes, por suas dimensões, permitem a preservação do anonimato (ainda que as liberdades prometidas configurem uma mitologia da cidade grande). Já nas cidades pequenas, por conta da rede de ‘entreconhecimento’ onde todos se conhecem, torna-se mais difícil ser alguém que está fora dos modelos. Torna-se quase impossível escapar do ‘espelho’ das instituições normalizadoras – escola, família, igreja etc. – onde a heterossexualidade parece obrigatória. Além disso, a ausência da positivação pública do desejo produz dificuldades na construção de uma política de amizade.

Um entrevistado, morador da cidade, explica que:

Quando surgiu a lista, eu quase morri de medo de meu nome estar lá. O que eu ia fazer se estivesse? Eu, às vezes, até esqueço que sou gay de tanto tempo que fico sem namorado. Vou pra Salvador e lá me solto, mas, mesmo assim, tenho medo de

alguém me ver. Minha família é conhecida e não me perdoaria. Um dia vou pra fora do país e lá eu vivo como quiser (Entrevistado C, 30/12/2010).

A clandestinidade conduz à construção de repertórios variados dos quais se lança mão em “função de públicos diferentes” (ERIBON 2008, p. 66). Mas, a interdição pode levar a autocensura simplesmente pelo medo de ser desacreditado ou excluído, produzindo uma vida no ‘armário’ que também pode bloquear o acesso ao exercício positivo do desejo.

As listas de Amargosa/BA controlam a dimensão do espaço público e sua diferenciação. Os silenciamentos produzidos atrasam o questionamento da ordem sexual, social e epistemológica do mundo contemporâneo (ERIBON, 2008). Enquanto a diversidade sexual é reclusa a si mesma ou tolerada em um patamar de direitos diferenciados, a ordem heteronormativa situa o repertório cultural produzido sobre a homossexualidade no plano dos preconceitos e estereotipização dos seres. Esse mecanismo fortalece o que Borrillo chama de homofobia cognitiva, o reforço à diferença homo/hetero e “uma clemência policiada dos ortodoxos para como os hereges” (BORRILLO, 2009, p. 20).

A produção da injúria por meio das listas criou, em Amargosa/BA, outras ações homofóbicas que se caracterizaram pela reclusão dos adolescentes e pela agitação nas ruas. A injúria reforça a norma heterossexual na medida em que segrega linguagens, reclusa desejos e gera sofrimento. Invisibiliza sexualidades por meio do bloqueio a uma política de expressão sexual, o que afeta diretamente as demandas de uma sociedade no que diz respeito à equivalência de direitos. A homofobia é também “O medo de que essa equivalência seja reconhecida. Ela se manifesta, entre outras coisas, pela angústia de ver desaparecer a fronteira e a hierarquia da ordem heterossexual” (BORRILLO, 2009, p.18).

Na medida em que as listas intimidam as pessoas, instaurando vigilância e controle sobre suas vidas, desapropriam o espaço público do debate sobre a diversidade ao mesmo tempo em que consagram a deserção do gênero como uma fatalidade social. Os homossexuais não são assim as únicas vítimas da injúria e homofobia, mas todos e todas, aqueles e aquelas que não se enquadram nos modelos sociais da heterossexualidade, sejam esses e essas, inclusive, mulheres ou homens heterossexuais que adiram a outras formas de vivenciar sua vida generificada. Enquanto o espaço público vai sendo privatizado pela exclusão das demandas e da diferença, também se agrega aí uma questão sobre o seu caráter público, ao sinalizarmos que aí se perde a virtualidade de ser espaço de mediação e exposição da conflitualidade social,

ressecando-o como mantenedor da ordem estabelecida e da rigidez dos modelos normativos. Aqui podemos nos interrogar, como propõe François Ewald (2000), sobre as relações entre norma e democracia.

O corpo injuriado toma para si a sua própria experiência como negativa e normatiza-se pelo traçado da negatividade e binarismo, ressentindo-se de si mesmo, voltando-se às impossibilidades da vida mais do que a seus processos de vitalização. Se a injúria e homofobia constituem-se como processos que têm como efeito o corpo-desertor-injuriado, qual é a possibilidade que haveria da positivação de uma vida gay ou de qualquer expressão sexual não adequada aos modelos normativos heterossexuais?

## **FAZER ALGO COM O QUE SE FAZ COMIGO**

Embora as atitudes das pessoas mencionadas na lista tenham sido variadas – desde a denúncia na delegacia da cidade, término de relacionamentos, repulsa com relação às pessoas, assédios àqueles e àquelas citados/as, dentre outros – todos e todas tiveram suas vidas e escolhas comparadas ao modelo normativo heterossexual, por meio da injúria. Mas se o corpo é produção normativa, como pensá-lo quando o desejo é arregimentado por políticas de assujeitamento? Ou como pensar a norma que toma o corpo como seu efeito, mas que é ‘pervertido’ por outras configurações normativas que ‘fogem’ (DELEUZE, 1995) ou que geram paradoxos ontológicos pela ausência de inteligibilidade cultural? (BUTLER, 2001).

Segundo Judith Butler (2001), a reiteração da norma mostra que a materialização do corpo não significa a assunção a todas elas, nem tampouco há uma forma de responder a todas as instabilidades que o desejo traz à constituição do próprio corpo. Sendo esse o efeito de uma dinâmica de poder e entendendo que o poder se exercita e funciona estrategicamente por todos os poros da vida social, não se pode falar de princípio estável ou universal (FOUCAULT, 1996).

Na materialização incessante do corpo, forma-se um campo de forças migrantes, indefiníveis e incomensuráveis, cuja nomenclatura permanece em suspenso como que um protesto a qualquer ato fundacional. Na mesma medida em que este campo, chamado por Judith Butler de abjeto se constitui por práticas de exclusão e negação, ele também configura um corpo abjeto que se caracteriza por ser a-corpóreo, instaurando um paradoxo ontológico. A questão nos faz pensar nas alianças possíveis com esse campo ininteligível que gera uma lógica diferenciada para compreensão do corpo e de sua normatividade.

Nem todas as linguagens constitutivas da norma e, por conseguinte, do corpo, estão à disposição dos mecanismos da racionalidade. Há fluxos intensos que formam convergências subjetivas cuja inteligibilidade requer o acesso a um repertório não tão apreensível pela forma tradicional da razão. É certo que esse processo se faz em relação à norma, mas também é justo afirmar que se são relações de poder que constituem o corpo, o futuro do humano é uma contenda sobre o poder que funciona por essas normas. Desta forma, trata-se de jamais tomar o corpo como dado e positivar seu caráter sempre provisório e experimental. É por isso que Judith Butler fala de “fazer algo do que se faz comigo” (BUTLER, 2006, p. 16).

Para Deleuze é através de outro entendimento sobre o conhecimento, que ele chama de rizomático, ligado a mais potente filosofia pragmática, que se compreende que as ordenações são desmontadas e forças constitutivas fogem sem parar:

Todo rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc.; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar. Há ruptura no rizoma cada vez que linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma (DELEUZE 1995, p. 18).

Ainda que as linhas de fuga possam ser capturadas, outras se remeterão ao desfazimento do território, mostrando a impossibilidade de que o plano racional seja capaz de dar conta de qualquer política de desejo que seja passível de deslocar-se de um campo a outro. É certo que podem estratificar-se – enrijecer-se, territorializar-se – mas é correto que as infinitas mudanças que constituem a realidade novamente desfarão o território. Somente nesse sentido é que mecanismos como as listas que produzem as injúrias e homofobias podem não ser suficientes para impedir ou negativar a experiência, especialmente porque as experiências não se restringem à representação que se constrói delas. Antes pelo contrário, a experimentação arrasta consigo as imprevisibilidades e linguagens aparentemente organizadas pelas séries que as constituem.

Nietzsche (2003b) chama de “inatural” àquilo que cria uma lógica diferenciada entre o tempo e o espaço, dispondo uma relação de forças ainda não experimentada. De que diz ele? Diz da afirmação da vida pelo esquecimento, por meio da transvaloração, que é a aceitação da tragicidade da vida, de sua luta constante, de sua instabilidade, de sua mudança infinita. Para ele, esquecer a história é reconhecer os fracassos da razão e positivar as

microlutas, tornando-se o que se é (NIETZSCHE, 1998; 2005). É aquilo que irrompe nas séries lógicas e metanarrativas da história como uma força que se dobra sobre si mesma que caracteriza um perspectivismo prático analítico. Não somente outro ponto de vista, mas os pontos que surgem nas modulações da realidade. Pensar a história do corpo seria buscar as intensidades inauditas que estão nas forças da própria vida e positivar a experiência ao invés de ressentila sempre. Obviamente, isso requer a aceitação à vida e recusa à sua idealização.

De alguma forma os autores falam, a seu modo e com suas diferenças, que a resistência às normas encontra suas forças na própria obliquidade da norma. Se as relações de poder que a constituem não são binárias, antes pelo contrário, tratam-se de complexas redes traçadas por microlutas e micropoderes há possibilidades de que se faça algo com o que fizeram conosco ou de tornar-se aquilo que se é.

Se a injúria que caracteriza e qualifica a homofobia em Amargosa é experienciada pelo corpo e negativa a sua vitalidade, não se descarta que as expressões da sexualidade se organizem em outros planos, onde outras intensidades convergem. Ou seja, as dificuldades não tornam impossíveis as construções de repertórios para o corpo gay. Certamente, essa não é uma pauta de agenda prévia, nem de um sujeito à espera de ser habitado, mas é possível que os desertores do gênero sejam capazes, inclusive, de destituir o gênero de seu binarismo e fazer dele aparato de múltiplas ontologias. Como também é possível que sejam capturados a uma nova marcação normativa.

## REFERÊNCIAS

BORILLO, Daniel. A homofobia. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora (Orgs.). **Homofobia e Educação**: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres: EdUnB, 2009, p. 15-46.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 151-172

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Deshacer el Género**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2006.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2010. 2ª ed.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Ed 34, 1992, p. 209-226.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

EWALD, François. **Foucault, a norma e o Direito**. 2.ed. Tradução de António F. Cascais. Lisboa: Veja, 2000.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: Foucault, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. 14.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GIVIGI, Ana Cristina N. **Do ressentimento à potência**: o uso-desuso de drogas, a escola e as políticas de expansão no cotidiano. Vitória: UFES, 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

LOURO, Guacira. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NIETZSCHE, F. **A genealogia da moral**. São Paulo: Companhia de Letras, 1998.

NIETZSCHE, F. **Segunda Consideração Intempestiva**. Da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2003.

NIETZSCHE, F. **Ecce homo**: como se vem a ser o que se é. São Paulo: Rideel, 2005.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. In: **Estudos Feministas**, ano 10, n.1, p.155-167, 2002.